

VI REUNIÃO CIJC

Cartagena de Índias, 2007

Relatório da Secretaria Permanente

Antes de iniciar o relatório propriamente dito, gostaria, a título pessoal, de expressar as minhas desculpas por não poder participar na reunião da Conferência. Por razões de força maior, não pude estar presente. Devo também agradecer às instituições e indivíduos que tornaram possível a organização da própria reunião e que cooperaram com o trabalho do Secretariado. Em primeiro lugar, o trabalho dos anfitriões, a Corte Constitucional da Colômbia, que sempre demonstrou o seu apoio entusiástico à organização da reunião, deve ser reconhecido; é a ele e aos responsáveis por ele que o sucesso da reunião é devido. Em segundo lugar, gostaria também de expressar a gratidão da Secretaria, e a minha gratidão pessoal, pela assistência constante do Gabinete do Presidente do Tribunal Constitucional Espanhol, através do Sr. León de Latorre, e do Secretariado Geral do mesmo Tribunal, através da colaboração efetiva do Secretário-Geral Adjunto, Sr. Miguel Ángel Montañés.

1. Aspectos Institucionais

1.1 Ratificação dos Estatutos

Recorda-se que, por motivos de força maior, alguns países participantes na Conferência não puderam participar na reunião de Santiago do Chile e, por conseguinte, não puderam assinar os Estatutos da Conferência aí adoptados. Subsequentemente, porém, Andorra e as Honduras formalizaram a sua ratificação através de comunicações formais dos respectivos acordos plenários dirigidas a Secretaria; estas comunicações foram anexadas ao original dos Estatutos. Atualmente, portanto, apenas o Panamá ainda não ratificou os Estatutos.

1.2 Relações interinstitucionais

A Conferência manteve e alargou as suas linhas de colaboração com outras instituições. Os frutos desta colaboração serão referidos mais tarde; basta agora apontar o que estas outras instituições têm sido.

Por um lado, o trabalho prosseguiu e intensificou-se no âmbito do programa Eurosocial da União Europeia, executado pela Fundação Internacional e Ibero-

Americana para a Administração e Políticas Públicas (FIIAPP). Por outro lado, prosseguiu também uma estreita colaboração com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). A Secretaria gostaria também de expressar a sua gratidão a ambos os organismos, através dos seus representantes, não só pela sua cooperação, mas também pela forma flexível como a mesma foi levada a cabo.

Por outro lado, foram também iniciados contatos com a Conferência dos Tribunais Constitucionais Europeus, como evidenciado pela presença em Cartagena do seu atual Presidente, Sr. Egidijus Kūris, Presidente do Tribunal Constitucional da Lituânia.

A relação estabelecida com a Comissão para a Democracia através do Direito do Conselho da Europa (Comissão de Veneza), entidade com grande experiência, entre outros assuntos, em matéria de justiça constitucional, merece uma menção especial neste momento. A presença do Sr. Buquicchio é digna de nota. Tal como já foi referido na altura, existe a possibilidade de a Conferência ser incorporada como participante nos trabalhos da Comissão, e existe mesmo um projeto de Convenção, que foi enviado na altura, mas que se encontra anexado como documentação anexa ao presente relatório.

Foi também preparado um breve relatório sobre as implicações práticas de uma tal incorporação. Tal como aconteceu na reunião anterior em Santiago do Chile, a Comissão de Veneza também está presente nesta reunião em Cartagena das Índias. Obviamente, é uma decisão soberana da Conferência aderir ou não à Comissão de Veneza. Cabe a esta Secretaria, por um lado, informar positivamente sobre as vantagens que a Conferência, em geral, e os seus membros, em particular, podem retirar da experiência da Comissão de Veneza e, por outro lado, fornecer o apoio técnico se necessário.

1.3 Relações intrainstitucionais

a) *Cooperação horizontal*

No que respeita ao trabalho no seio da própria Conferência, as relações de cooperação têm continuado a ser mantidas e intensificadas com os seus membros e entre eles, bilateral ou multilateralmente. Para além, claro, da organização da reunião da Conferência em Cartagena das Índias, o apoio que os tribunais, cortes e câmaras constitucionais têm prestado a outros, facilitando estágios e visitas que ajudam a complementar a formação do pessoal ao serviço dos órgãos de justiça constitucional, ou as visitas regulares, mais ou menos formalizadas, que os juízes desses órgãos trocam entre si, bastam para dar meros exemplos.

A este respeito, deve ser reiterado que os membros da Conferência podem contar com a plena cooperação da Secretaria Permanente na organização de eventos,

estágios, colaboração na implementação de projetos de cooperação, partilha de experiências, etc.

b) *Sítio Web*

Entre os instrumentos de trabalho que estão a ser desenvolvidos pela Conferência, vale a pena destacar o desenvolvimento de ferramentas informáticas, na linha atual de todas as instituições. A Conferência, como é bem sabido, tem uma página web (www.cijc.org) desde a sua constituição. Foi recentemente submetido a um processo de modernização e atualização, que será explicado numa apresentação específica. Basta agora salientar que a manutenção e o máximo desempenho desta ferramenta de trabalho e comunicação dependem, ou melhor, exigem a colaboração ativa e constante de todos os membros da Conferência. Da mesma forma, e através da Secretaria, podem ser feitas todas as sugestões e indicações consideradas apropriadas para melhorar os instrumentos de trabalho oferecidos pela web.

c) *Publicações*

Tal como na reunião da Conferência em Sevilha, e sem prejuízo da publicação virtual através da web, as atas da reunião de Santiago do Chile (2006) foram publicadas numa publicação convencional, num livro que já foi distribuído. Este livro, tal como este, foi possível graças à colaboração com a Agência Espanhola para a Cooperação Internacional (AECI), que financiou a edição correspondente. A Secretaria tomará medidas para assegurar que os trabalhos da reunião de Cartagena das Índias possam também ser incluídos num novo livro.

2. Atividades realizadas

Tendo já mencionado as áreas de ação inter e intra-institucional da Conferência, é agora apropriado registar as atividades específicas que foram realizadas e os resultados que foram obtidos, por ordem da instituição com a qual trabalharam.

2.1 Coesão social e acesso à justiça (Eurosocial-FIIAPP)

Como será recordado, e como tem sido relatado, o trabalho com Eurosocial tem-se centrado até agora tematicamente na área do "Acesso à justiça e coesão social", tendo a Conferência atuado como uma das redes enquadradas e trabalhando muito ativamente neste programa. Isto levou, entre outras coisas, à presença ativa da Conferência, através da Corte anfitrião colombiana (representado pela Sra. Catalina Botero) e da Secretaria (representado pelo Sr. Miguel Ángel Montañés) no workshop de reflexão das redes judiciais setoriais latino-americanas, realizado em 10 e 11 de maio de 2007 em San Lorenzo de El Escorial, Madrid.

A Conferência esteve também presente no II Encontro Internacional de Redes Eurosociais, "Igualdade, Estado e Cidadania: os pilares da coesão social", realizado em Antígua (Guatemala) de 25 a 28 de junho de 2007, no qual participou o Juiz Luis Fernando Solano, Presidente da Câmara Constitucional da Corte Suprema da Costa Rica.

A fim de articular o trabalho com o Eurosocial, recorde-se que foi organizado em torno de dois outros eixos: geográfico (América Central e do Sul) e destinatários (magistrados e conselheiros ou advogados).

Do ponto de vista temático, os resultados do intercâmbio de experiências têm sido muito positivos. Precisamente na reunião de Cartagena das Índias, e de acordo com a Corte Constitucional Colombiana e o Eurosocial, foi considerado apropriado elaborar um documento, em certo sentido um documento de encerramento, que reúne as principais conclusões deste trabalho. Este documento foi encomendado pelo Eurosocial ao Instituto de Direito Público Comparado da Universidade Carlos III de Madrid, e será apresentado pelo Dr. Alejandro Saiz Arnaiz, membro do Instituto e Professor de Direito Constitucional.

A apresentação deste relatório levou à incorporação de outra instituição de grande prestígio, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também integrado no Eurosocial, que, através do Sr. Fernando Carrillo Flores, participa na discussão das conclusões. A Secretaria está convencida que esta forma de trabalhar será muito útil e enriquecerá o trabalho da Conferência no futuro.

O objetivo futuro é continuar a trabalhar nestas áreas temáticas, mas ir um passo mais além, concentrando-se em áreas mais específicas. Para o efeito, está a ser concebida uma nova troca de experiências sobre "Garantias constitucionais para grupos vulneráveis: pessoas privadas da sua liberdade". Este intercâmbio deverá ter lugar durante os primeiros meses de 2008 em Buenos Aires. As datas e o encerramento do programa estão pendentes apenas dos contatos finais com os anfitriões, a Corte Suprema de Justiça argentina.

O desenvolvimento de outras atividades em cooperação com o Eurosocial está, por outro lado, pendente da extensão deste programa pela Comissão Europeia. Se esta extensão for confirmada, a Secretaria trabalharia para continuar a cooperar no âmbito deste programa, na mesma linha do que até agora, e possivelmente abrindo outras linhas de ação.

As atividades realizadas têm-se centrado na troca de experiências. O seminário sobre "Justiça Constitucional e Acesso à Jurisdição" realizou-se de 9 a 12 de abril de 2007 em Lima, Peru. Era dirigido a consultores e advogados e teve a inestimável e entusiástica colaboração do Tribunal Constitucional do país andino, o que foi decisivo para o sucesso da atividade.

Resta, portanto, realizar em Buenos Aires a troca prevista para magistrados, que foi adiada devido a problemas de calendarização da Corte argentina, mas que, como já foi indicado, terá lugar nos primeiros meses de 2008, tendo o FIIAPP confirmado o seu financiamento no âmbito do Eurosócial.

Como parte desta colaboração, é de notar que desde o início da colaboração no Eurosócial, tem sido realizado um trabalho de criação de uma Rede de Consultores ou Conselheiros, composta por aqueles que prestam os seus serviços nessa qualidade aos órgãos de justiça constitucional. Esta rede funcionaria como uma espécie de rede "subsidiária" ou "anexa" à própria Conferência, e serviria, sobretudo, para promover a troca de experiências e de informações entre o pessoal técnico, o que resultaria na melhoria da qualidade do trabalho dos órgãos de justiça constitucional, para além de servir de infra-estrutura para enfrentar os desafios já levantados (pensar, por exemplo, na atualização do website ou na possível cooperação técnica com a Comissão de Veneza). Há mesmo uma declaração de intenções para a sua constituição e a previsão de que, se a Conferência o considerar apropriado, a reunião de Buenos Aires poderia ser utilizada como uma oportunidade para formalizar a Rede. Em qualquer caso, como é óbvio, esta é uma decisão a tomar pela Conferência e, uma vez tomada tal decisão, a Secretaria colaboraria na sua implementação.

2.2 Agência Espanhola de Cooperação Internacional

Como já foi mencionado, desde a última reunião em Santiago do Chile, a Conferência também beneficiou da colaboração da Agência Espanhola de Cooperação Internacional. Prova disso é a realização da reunião de Cartagena no Centro Internacional de Formação em Cartagena e o financiamento supracitado da publicação das atas da reunião de Santiago do Chile. Indiretamente, a AECEI colabora também através do seu apoio a alguns organismos de justiça constitucional em diferentes países, financiando total ou parcialmente atividades de formação, estágios, seminários, etc.

Deve notar-se especialmente que a AECEI, juntamente com a Conferência e com o inestimável apoio da Corte guatemalteca, está a organizar e financiar o seminário "Justiça Constitucional e os Meios de Comunicação Social", que terá lugar no centro de formação de Antígua na próxima semana. Também razões de programação atrasaram um pouco a sua celebração, mas esta terá finalmente lugar.

O tema foi determinado a partir do interesse expresso pelos diferentes membros da Conferência e será desenvolvido num duplo sentido: o estritamente jurisdicional da doutrina sobre "liberdade de expressão", e o mais interno, organizacional e muito prático dos mecanismos e forma de relacionamento entre os órgãos de justiça constitucional e os meios de comunicação.

Lá se vai o resumo do trabalho realizado pela Secretaria da Conferência desde a última reunião e uma breve nota sobre as linhas de ação futuras. Em conclusão, gostaria de reiterar a total disponibilidade da Secretaria para quaisquer esclarecimentos que possam ser necessários e para continuar a trabalhar em benefício da Conferência.

Pablo Pérez Tremps